

SER MÃE, ENTRE O DESEJO PESSOAL E A PRESSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO COM AS ACADÊMICAS DO UNIVAR

MARIANA QUEIROZ FARIA¹

JHORDANA COSTA ARAÚJO²

RESUMO

Tradicionalmente, a maternidade era imposta como um requisito fundamental para definir a mulher, porém, tem ocorrido uma transição em que essa perspectiva está sendo substituída por uma visão mais contemporânea. Agora, a mulher pode escolher ser mãe ou não, sem que isso afete sua identidade como mulher. A maternidade não é mais uma imposição, mas uma escolha pessoal. Isso representa um avanço na desconstrução de normas de gênero rígidas e na promoção da igualdade de oportunidades. É fundamental valorizar a diversidade de experiências das mulheres e apoiar a busca por identidades autênticas e significativas. À medida que a identidade feminina continua a evoluir, deve-se progredir na aceitação da não-maternidade como uma escolha legítima, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todas as mulheres. Este estudo contribui para a compreensão dessas mudanças e a importância de desconstruir os estereótipos de gênero.

Palavras-Chave: Desconstrução de estereótipos. Identidade feminina. Igualdade de oportunidades. Maternidade contemporânea. Normas de gênero.

ABSTRACT

Traditionally, motherhood was imposed as a fundamental requirement to define women, however, we are witnessing a transition in which this perspective is being replaced by a more contemporary vision. Now, a woman can choose to be a mother or not, without it affecting her identity as a woman. Motherhood is no longer an imposition, but a personal choice. This represents a breakthrough in deconstructing rigid gender norms and promoting equal opportunities. It is critical to value the diversity of women's experiences and support the search for authentic and meaningful identities. As female identity continues to evolve, we must make progress in accepting non-motherhood as a legitimate choice, promoting a more inclusive and equal society for all women. This study contributes to the understanding of these changes and the importance of challenging gender stereotypes.

Keywords: Female identity. Contemporary motherhood. Gender norms. Equal opportunities. Deconstructing stereotypes.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a relação da mulher com a maternidade tem sido profundamente influenciada por contextos socioculturais e normas patriarcais. Como observou a feminista

Adrienne Rich (1981) a maternidade tem sido o eixo em torno do qual a vida das mulheres foi organizada e em grande parte definida. A maternidade foi frequentemente associada ao papel central da mulher na reprodução da espécie humana, moldando suas identidades e

¹ Psicóloga pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia – mariqfpsico@gmail.com.

² Docente do curso de Psicologia no Centro Universitário do Vale do Araguaia – UNIVAR. Psicóloga pelo UNIVAR. Pós-graduada em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico pela Faculdade Unyleya e, em Psicologia do Trabalho e Neuropsicologia pela Faculdade FAVENI. Mestranda em Ecossistema e Saúde pelo UNIVAR. Contato: jhordana_araujo@hotmail.com.

limitando suas oportunidades em outros aspectos da vida. No entanto, as lutas e conquistas das mulheres ao longo dos séculos têm desafiado essa concepção, buscando redefinir a maternidade como uma escolha individual e não uma obrigação social. Essa evolução histórica trouxe à tona discussões sobre autonomia reprodutiva, equidade de gênero e o direito das mulheres de decidir sobre suas próprias vidas e corpos.

Durante a vida, muitas mulheres são constantemente lembradas da importância da maternidade, independentemente de idade, raça ou classe social. A sociedade construiu a ideia de que a feminilidade inclui a probabilidade de engravidar e se tornar mãe. Desde a infância, as meninas são incentivadas a brincar com bonecas, e à medida que crescem, ouvem comentários como "quando você vai ter um filho?" ou "você só será realizada quando tiver filhos". É comum que a maternidade seja vista como uma parte essencial da vida feminina, essa romantização é uma construção social que pode afetar a forma como as mulheres veem a si e suas escolhas de vida. Sendo uma idealização que pode criar expectativas irreais e gerar conflitos emocionais quando uma mulher opta por não ter filhos ou enfrenta dificuldades para engravidar. É importante reconhecer que a decisão de ter ou não filhos é uma escolha pessoal e não uma obrigação imposta pela sociedade.

A sociedade moderna traz uma discussão social que vem ganhando destaque, o desejo

materno enraizado na sociedade e a escolha de se tornar ou não mãe na vida das mulheres. A decisão de não se tornar mãe coloca a mulher em uma posição de “menos mulher” para a sociedade machista e patriarcal. Segundo Mansur (2003), constituir uma vivência sem filhos por decisão própria ou por uma condição externa expressa os valores de uma mulher. Sendo assim, os julgamentos que traspõem as decisões femininas acerca da maternidade causam grande impacto emocional, visto que as mulheres se esbarram com diversos obstáculos em relação as decisões sobre o seu próprio corpo. Badinter (2011) ressalta que a mulher que opta por não ter filhos e se nega a participar de qualquer forma de maternidade estará exposta a uma sociedade e um Estado que condena tal decisão de maneira fria e desrespeitosa; a ideia natalista estigmatiza essas mulheres e ferem seus direitos apenas por elas decidirem opostamente ao esperado, que seria a decisão de não construir vínculos maternos.

Hoje, uma mulher pode desejar não ser mãe: trata-se de uma mulher normal que exerce a sua liberdade, ou de uma enferma no que concerne às normas da natureza? Não teremos, com excessiva frequência, tendência a confundir determinismo social e imperativo biológico? Os valores de uma sociedade são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos. Por que não poderíamos admitir que quando não é valorizado por uma sociedade, e, portanto, não valoriza a mãe, o amor materno não é mais necessariamente desejo feminino? (BADINTER, 1985, p. 10).

É importante citar a evolução histórica da vivência da maternidade na cultura ocidental,

européia, destacando a mudança de valores em relação ao papel da mulher e ao cuidado com os filhos ao longo dos séculos. No século XVII e parte do XVIII, era comum que as mulheres entregassem seus filhos para amas de leite e cuidadoras, sem qualquer sentimento de culpa ou responsabilidade materna. No entanto, a partir do século XVIII, começou a se configurar a maternidade como um ideal para as mulheres, através de um trabalho de convencimento por parte dos governantes e da sociedade em geral. Com a baixa de contingente de pessoas na Europa, em função das mortes provocadas pela fome, doenças e guerra, bem como pelo alto índice de mortalidade infantil, os governantes começaram a exaltar as mulheres para cuidarem de suas crias, pois a elas caberia cuidar do futuro do Estado. Nesse sentido, a maternidade passou a ser vista como uma missão patriota e uma forma de exercer um papel relevante na sociedade. Para convencer as mulheres a assumirem essa tarefa, foram utilizados discursos ideológicos, religiosos e científicos, que enfatizavam a importância do amor materno e da formação do caráter dos filhos. Badinter (1985), destaca que a associação ideológica entre amor e maternidade reforçou a ideia de que a mulher deveria colocar os interesses dos filhos acima dos seus próprios interesses e desejos. No entanto, essa mudança não ocorreu de forma imediata e pacífica, mas sim através de um processo de sedução, que prometia igualdade e felicidade para as mulheres na maternidade.

O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire. Tal como o vemos hoje, é produto da evolução social desde princípios do século XIX, já que, como o exame dos dados históricos mostra, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações socioeconômicas da história. (BANDITER, 1985, p.1)

O ser mulher é subjetivo, dito isto, é possível entender que existem mulheres que compreendem que para se ter uma vida completa e plena não é necessário se atrelar à maternidade e que passar a existência sem se tornar mãe é uma opção. Seguindo a perspectiva de Zanello (2016), é fundamental destacar que a capacidade de procriação não está necessariamente ligada à maternagem. Enquanto a procriação é uma capacidade limitada a uma parte da população, a maternidade é uma habilidade que pode ser desenvolvida por qualquer pessoa. A maneira como essa habilidade é encorajada e em quem ela é direcionada varia ao longo da história e entre diferentes culturas. Portanto, a maternidade deve ser vista como uma construção social, influenciada por fatores culturais e históricos, separando-a da capacidade biológica de procriar. Para muitas mulheres, esta é uma realidade e demonstra que o sentido de suas vidas pode perpetuar outras opções. Em um contexto oposto ao abordado acima é possível identificar mulheres que se tornam mães e ao

participar da maternidade se sentem culpadas por não sentirem o “instinto materno” tão falado ao longo dos tempos. De acordo com Badinter (1985) o “instinto materno” é apenas uma distração para incitar que cabe as mulheres o trabalho de estar sempre de prontidão para com os filhos, e as mulheres que não experimentam essa sensação se sentem inferiores e até se responsabilizam por um sentimento inexistente, que foi criado e imposto pela cultura vigente ao seu redor.

Conforme expresso por Andolfi (1988), o mito é uma combinação de elementos reais e imaginários que convivem juntos. O mito do amor materno incondicional encontra apoio substancial em discursos religiosos, políticos e médicos, o que, por sua vez, contribui para o reforço dos interesses econômicos e sociais. A verdade é que o sentimento materno pode ser experimentado em diversas nuances e ele é construído através das vivências particulares de cada mulher.

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constatasse que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. (BANDITER, 1985, p. 21).

De acordo com Zanello (2016), a definição do "ser mulher" em muitos contextos está intimamente ligada à fertilidade, gravidez e cuidados com os filhos. Na área médica, há um

foco intenso na saúde reprodutiva da mulher e na importância da maternidade para a saúde do bebê. Socialmente, a capacidade de exercer a maternidade de forma "adequada" e o envolvimento emocional da mãe com seu filho são usados como critérios para qualificar positivamente uma mulher ou esposa. Em resumo, culturalmente, a maternidade é vista como uma parte determinante do ser feminino, valorizada socialmente e usada como base para avaliar e validar uma mulher.

É importante ressaltar que nos dias atuais, ainda, é muito visível a romantização da maternidade compulsória onde a mulher abdica do ser mulher para se tornar o ser mãe e essa compulsão pela maternagem faz com que muitas mulheres adoçam. Lacan (1969-1970/1992), enfatizou que é crucial entender o desejo das mães. Em vez de apenas pensar no amor que as mães têm pelos filhos, lembra que se deve prestar atenção ao que as mães desejam para si. O qual não está apenas relacionado ao amor pelos filhos, mas também à sensação de que algo está faltando. O foco no filho faz com que a mulher se anule na maior parte dos âmbitos da sua vida.

Gutman (2013) identifica um "conflito de identidade" na associação direta entre mãe e mulher, visto que a experiência da maternidade frequentemente envolve um desejo constante de recuperar a identidade anterior. A autora ironicamente comenta: "Nosso 'eu' parece ter desaparecido no meio das fraldas" (Gutman,

2013, p.101). Diante disso, é possível identificar o quão prejudicial é essa normalização da mulher abandonar sua vida profissional e social para viver em função do filho. É exigido um cuidado extremo por parte da mãe em relação à criança, a partir do momento em que engravida a mulher passa a ser cobrada e, antes do nascimento já se torna uma obrigação criar um vínculo de amor incondicional com o feto. Amor esse que é formulado pela sociedade e é tido como inato e deve superar qualquer situação advinda, e com isso a mulher não tem opção de não o sentir. Para Ávila e Vieira (2018), a maternidade não é algo inato, ela é construída e postulada por uma cultura.

Muito além do senso comum precisamos então admitir algo: a maternidade é construída. Não é inata e muito menos natural, é construção cultural. Quando Simone de Beauvoir (1967) disse em uma de suas obras mais famosas “não se nasce mulher, torna-se mulher” ela disse em uma frase simples uma forma de enxergar a construção da nossa sociedade e papéis que se desenvolvem nela: o gênero (ÁVILA e VIEIRA, 2018, p. 27).

Atualmente, há uma crescente busca por uma sociedade mais igualitária em termos de gênero feminino e masculino, é constante a busca por dinamização social que coloca homens e mulheres com os mesmos critérios em termos de responsabilidades, porém ao fazer uma breve análise acerca do funcionamento da sociedade, pode-se observar que as cobranças para com as mulheres em relação à disposição das atividades são totalmente desiguais. Por exemplo, o modo como se dá a distribuição dos

trabalhos domésticos isenta os homens e sobrecarrega as mulheres. Desse modo, se torna mais desgastante nascer mulher, são impostas incontáveis expectativas sobre o que deve ou não ser feito. E seguindo esse ideal que a sociedade coloca, nascem para ser mães e donas de casa. A discussão sobre gênero e os estigmas femininos deve ser evidenciada, para que espontaneamente poder-se-á identificar os preconceitos provenientes do senso comum vinculados ao papel social desempenhado pelas mulheres.

(...) tanto o gênero quanto o sexo são inteiramente culturais, já que o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Nesta linha de raciocínio, o corpo de uma mulher, por exemplo, é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói – expressa através das relações sociais. (SAFFIOTI, 1992, p.190).

Um fator muito importante e que possibilitou maior debate sobre as opções das mulheres acerca da maternidade foi a chegada dos métodos contraceptivos no Brasil, a pílula anticoncepcional e o DIU são comercializados no Brasil sem entraves a partir da década de 60, ao contrário de países europeus como a França, que só liberaram a pílula em 1967 (Pedro, 2003). Essa discrepância na abordagem dos países ocidentais em relação ao controle da natalidade reflete diferentes prioridades e desafios enfrentados em cada contexto no que diz respeito aos métodos contraceptivos. É

importante destacar que os métodos beneficiaram primeiramente uma classe mais restrita da comunidade, mas nos dias atuais tem se falado muito sobre prevenção da gravidez principalmente entre mulheres de uma classe social mais desfavorecida financeiramente.

Com o surgimento das pílulas contraceptivas foi possível dar um novo viés para a escolha de ser ou não ser mãe. Atualmente, a informação é uma grande aliada para que as mulheres tenham acesso aos seus direitos, incluindo os métodos contraceptivos que se modernizaram e se tornaram mais eficazes ao longo dos anos. Cada vez mais mulheres têm optado por não se tornarem mães e, assim, podem desfrutar de sua sexualidade sem se sentirem pressionadas pelos ideais de uma sociedade machista.

Em um estudo conduzido por Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), foi constatado que a maternidade continua sendo uma parte significativa da vida da maioria das mulheres. No entanto, os dados apontam que, especialmente entre as mulheres de classe média alta, há uma redução no número de filhos. Um número crescente delas está explorando outras experiências emocionantes além da maternidade. Neste contexto, algumas mulheres atualmente se sentem à vontade para questionar seu desejo de se tornarem mães (Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007). Esse movimento representa uma luta contra a imposição de papéis

de gênero e a busca pela liberdade de escolha e autonomia feminina.

Recentemente, uma significativa mudança legislativa foi implementada no Brasil, eliminando a exigência do consentimento do esposo para a realização de procedimentos de laqueadura. Essa alteração representa um avanço notável no reconhecimento da autonomia das mulheres sobre suas próprias decisões de saúde reprodutiva. Ao remover essa antiga obrigação, a legislação agora reflete uma postura mais inclusiva e igualitária, garantindo que as mulheres tenham o direito fundamental de tomar decisões informadas e pessoais sobre seus corpos, sem a necessidade de aprovação de terceiros. Essa mudança é um passo crucial em direção à promoção da equidade de gênero e ao empoderamento das mulheres para exercerem controle sobre suas vidas e saúde.

A maternidade deve ser vista como uma escolha e não uma imposição da sociedade, e é crucial validar as mulheres que optam por não serem mães, pois essa escolha não as torna menos mulher. Toda mulher tem o direito de abrir mão da maternidade compulsória imposta pela sociedade, sendo seu direito escolher ter ou não filhos. A psicologia pode ajudar a compreender os desafios enfrentados pelas mulheres contemporâneas, e é fundamental que a sociedade respeite sua escolha pela não maternidade.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Brasil não possui orientações específicas,

exclusivamente, voltadas para a questão da maternidade. Assim, os profissionais da psicologia são orientados a abordar a maternidade de forma sensível e empática. Considerando a saúde mental da mulher durante esse período, é importante observar os aspectos emocionais, sociais e psicológicos envolvidos na maternidade, promovendo um ambiente de escuta ativa, apoio emocional e orientação adequada para as mulheres que buscam assistência psicológica nessa fase. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996), a vivência de uma maternidade segura depende da escolha e do acesso à saúde e proteção à maternidade. Em vista disso tal pesquisa se faz necessária para beneficiar a saúde física e mental das mulheres. É essencial entender os motivos pelos quais as mulheres optam pela não maternidade e garantir que elas sejam respeitadas e apoiadas em sua decisão. A não maternidade não deve ser vista como uma escolha errada ou egoísta, mas sim como uma opção legítima que deve ser validada e respeitada.

A pressão social para se tornar mãe pode ter um impacto significativo na saúde mental e emocional das mulheres. Sendo possível destacar alguns efeitos psicológicos e consequências emocionais como a ansiedade que pode ser uma resposta comum à pressão social, além das expectativas culturais e familiares, o que pode causar preocupação, medo e insegurança. Outro efeito emocional é o

sentimento de inadequação, mulheres que não desejam se tornar mães ou que enfrentam dificuldades para engravidar podem sentir-se inadequadas e em conflito consigo, resultando em comparações com outras mulheres e sentimentos de menos valia, o que atinge negativamente a autoestima e a autoimagem, podendo desencadear estados psicopatológicos, como a depressão.

Conforme observado por Papalia, Olds e Feldman (2006), as demandas da maternidade, frequentemente, entram em conflito com as obrigações profissionais, forçando as mulheres a fazer escolhas que, inevitavelmente, resultam em um aspecto sendo priorizado em detrimento de outro. Essa dinâmica, geralmente, leva à experiência de culpa, uma vez que a sociedade e as expectativas familiares, ainda, colocam sobre as mulheres a pressão por uma maternidade impecável. A tomada de decisão em relação à maternidade se torna uma fase complexa fazendo com que a mulher se sinta dividida entre suas próprias vontades e desejos e as expectativas e pressões da sociedade e família. É possível, também, identificar o impacto nos relacionamentos, especialmente nos relacionamentos românticos, se um parceiro deseja ter filhos e o outro não, ocasionando conflitos e tensões emocionais que podem afetar a dinâmica da relação.

Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo investigar a construção social da maternidade e seus impactos na saúde mental da

mulher contemporânea, ela consiste em analisar as múltiplas pressões sociais, tanto implícitas quanto explícitas, presentes nos discursos da sociedade acerca da maternidade e do momento em que as mulheres devem se tornam mães. Além disso, buscou-se compreender como a sociedade naturaliza que todas as mulheres devem, em algum momento de suas vidas, desejar ser mães. No decorrer da pesquisa, buscou-se identificar por meio da análise da idealização da maternidade como a sociedade pode influenciar a saúde mental das mulheres, explorando as complexas relações entre as expectativas sociais sobre a maternidade e o bem-estar psicológico das mulheres cursando o ensino superior no Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR).

2. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem de pesquisa exploratória com enfoque quantitativo para investigar a pressão social enfrentada por mulheres em relação à maternidade. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a técnica de estudo de caso, complementada por uma revisão bibliográfica abrangente em diversas fontes, incluindo livros, revistas e artigos científicos, com o intuito de aprofundar o entendimento sobre o tema em questão. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário estruturado online, desenvolvido com base nos objetivos da pesquisa e nas variáveis de interesse. Esse

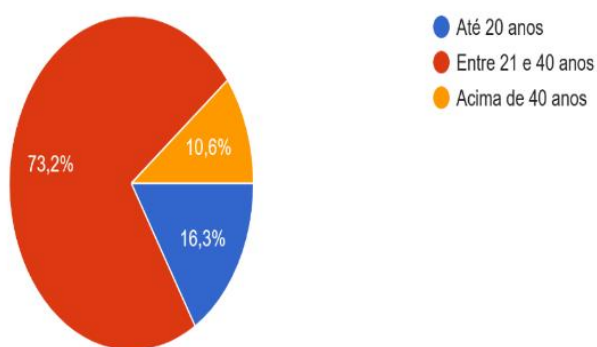
questionário foi composto por nove perguntas fechadas e três perguntas abertas, proporcionando uma análise multifacetada das percepções e experiências das acadêmicas do UNIVAR em relação à pressão social para a maternidade. A aplicação do questionário foi conduzida utilizando a plataforma Google Forms, alcançando um grupo representativo de participantes. A análise dos resultados ocorreu após a coleta de dados, envolvendo uma cuidadosa e minuciosa apuração das informações obtidas. Isso visou a obtenção de um entendimento abrangente e aprofundado sobre a temática em foco, possibilitando *insights* valiosos sobre a influência da pressão social nas decisões das mulheres em relação à maternidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público da presente pesquisa contou com as mulheres acadêmicas do UNIVAR, do qual foi obtido o total de 123 participantes que responderam ao questionário online, possibilitando aprofundar a compreensão da dinâmica em torno do tema maternidade e pressão social. As respostas obtidas revelam um quadro abrangente das experiências e percepções dessas mulheres em relação à pressão social para se tornarem mães. É importante traçar um perfil geral das participantes desta pesquisa, das 123 mulheres que participaram 16,3% marcaram ter até 20 anos, enquanto que 73,2% possuem entre 21 e 40 anos e, acima de 40 anos 10.6%. Já em

relação ao nível de escolaridade 61,8% possuem ensino superior incompleto e 38,2% superior completo Figura 1).

Figura 1 – Faixa etária da população



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Além disso, do total de participantes 36,6% relataram ser mães no momento da pesquisa, enquanto 60,2% afirmaram não serem mães. Este dado inicial proporciona um contexto relevante para entender como a pressão social para se tornar mãe pode se manifestar em diferentes estágios da vida acadêmica e pessoal. É importante analisar que a maior porcentagem de mulheres que ainda não possuem filhos pode ser atribuída a diversas mudanças significativas na realidade social, em suas escolhas ao longo das últimas décadas e várias considerações podem explicar esse número. Outrora, havia uma expectativa cultural mais forte de que as mulheres deveriam ser mães em uma idade mais jovem. No entanto, com o tempo, as perspectivas sobre a maternidade mudaram, e muitas mulheres passaram a vê-la como uma escolha

pessoal, a ser feita quando se sentissem prontas, independentemente da idade.

Muitas mulheres têm optado por adiar a maternidade em busca de estabilidade financeira, estabelecimento de suas carreiras profissionais, relacionamentos e interesses pessoais. A possibilidade de buscar independência financeira antes de se tornar mãe tem sido uma prioridade para muitas mulheres, o que pode explicar porque uma parcela significativa ainda não tem filhos. O aumento do acesso à educação superior tem permitido que mais mulheres busquem suas aspirações acadêmicas e profissionais antes de considerar a maternidade. Isso contribui para o adiamento da decisão de ser mãe. Essa diversificação nas escolhas de vida é um reflexo da busca pela liberdade de decisão. Portanto, é possível entender que o aumento do número de mulheres que ainda não são mães reflete a evolução das expectativas e das opções disponíveis para as mulheres na sociedade atual. Isso não apenas destaca a importância da autonomia das mulheres em suas decisões, mas também ressalta a complexidade das influências sociais e culturais sobre a maternidade. Elas agora têm acesso a uma ampla variedade de estilos de vida que suas mães não experimentaram. Têm a liberdade de priorizar suas ambições pessoais, desfrutar de um relacionamento sem filhos ou seguir o desejo de serem mães, seja conciliando-o com uma carreira profissional ou não (Badinter 2011).

Outro aspecto avaliado foi a crença na destinação materna, quando questionadas se acreditavam que as mulheres nascem para se tornarem mães, a maioria das participantes, representando 93,5%, respondeu que não compartilhavam dessa crença. Por outro lado, 6,5% das entrevistadas acreditavam que sim, indicando uma visão minoritária nesse contexto.

Essa mudança reflete uma transformação profunda nas perspectivas sociais e individuais sobre o papel das mulheres na sociedade e suas escolhas em relação à maternidade. Portanto, a predominância da crença de que nem todas as mulheres nascem para se tornarem mães destaca uma mudança fundamental na percepção da maternidade, refletindo uma sociedade que vem valorizando a autonomia, onde a mulher contemporânea conquistou uma maior liberdade de escolha e atualmente tem a possibilidade de optar por desempenhar um ou vários papéis na sociedade. Isso é evidenciado por sua participação no mercado de trabalho, conquista da independência financeira e dos direitos políticos, a expansão de sua liberdade sexual e reprodutiva.

Sobre se tornar mãe ser uma decisão individual da mulher a pesquisa revelou que a maioria, 87%, acreditava que sim, indicando uma forte ênfase na autonomia da mulher na decisão de se tornar mãe. No entanto, 13% discordaram, destacando uma minoria que vê essa decisão como influenciada por outros fatores.

Nesse contexto Tourinho (2006), destaca que muitas mulheres que optam por não ter filhos enfrentam o espanto de suas próprias famílias, visto que essa escolha é apontada como contrária à natureza feminina. Isso acontece porque a sociedade frequentemente impõe a expectativa de que as mulheres devem se tornar mães, o que pode reduzir o sentido de suas vidas a essa única função. Essa visão desconsidera a vontade das mulheres, que têm o direito legal de viver como desejam. Além disso, é importante notar que essa questão é pouco debatida na sociedade e frequentemente vista como uma contradição: ser mulher e não desejar ser mãe, ou seja, a pressão social para ser mãe é um dos fatores que influenciam na decisão de muitas mulheres sobre a maternidade.

Um total de 57,9% das participantes relatara ter sentido pressão da sociedade para se tornarem mães, enquanto 42,1% não experimentaram essa pressão. Isso sugere que uma parcela significativa das mulheres enfrenta de alguma forma essa pressão social.

Em outra pergunta quando questionadas se acreditavam se há uma expectativa social ou cultural de que todas as mulheres devem se tornar mães, a maioria, 91,1%, respondeu afirmativamente. Apenas 8,9% discordaram dessa afirmação, destacando a forte influência dessas expectativas. O que pode gerar a pressão social sentida como apontada por mais da metade das participantes da pesquisa.

A pesquisa também apontou que 91,9% das participantes acreditavam que a pressão social para se tornar mãe poderia levar algumas mulheres a tomarem decisões que não estão alinhadas com seus verdadeiros desejos e necessidades. Apenas 8,1% discordaram dessa afirmação, sugerindo uma consciência generalizada dos efeitos dessa pressão.

Em uma das perguntas abertas, que abrange como a pressão social interfere nas escolhas individuais das mulheres relacionadas à maternidade, obteve-se 93 respostas, das quais 85 delas expressaram a opinião de que a pressão social realmente interfere nas escolhas individuais das mulheres em relação à maternidade. Uma das respostas notáveis destacou a complexidade desse fenômeno e como ele pode influenciar as decisões das mulheres de maneira sutil e significativa, onde a sociedade justifica a maternidade por questões de linhagem genética e cuidados na velhice.

Essa resposta destaca a influência persistente da pressão social sobre as mulheres, mesmo em um contexto acadêmico, onde se espera uma maior autonomia e independência de pensamento. Ela ressalta a importância de reconhecer essa pressão e de promover a tomada de decisões verdadeiramente informadas e alinhadas com os desejos individuais de cada mulher.

Outra pergunta aberta sobre as estratégias utilizadas por essas mulheres para

lidar com a pressão social obteve 95 respostas, as quais foram categorizadas em quatro aspectos conforme sua prevalência, sendo eles:

-Ignorar a Pressão: 34 mencionaram que preferem ignorar as pessoas que exercem pressão sobre elas em relação à maternidade. Essa abordagem parece refletir um desejo de não permitir que a pressão social influencie suas decisões pessoais.

-Não se Sentir Pressionada: 24 mulheres relataram que não se sentem pressionadas em relação à maternidade. Isso pode refletir um senso de autoconfiança e uma falta de influência externa em suas decisões.

-Respostas às Pessoas que Pressionam: 27 participantes optam por dar respostas diretas às pessoas que exercem pressão. Isso pode envolver comunicar seus próprios desejos e necessidades de maneira assertiva.

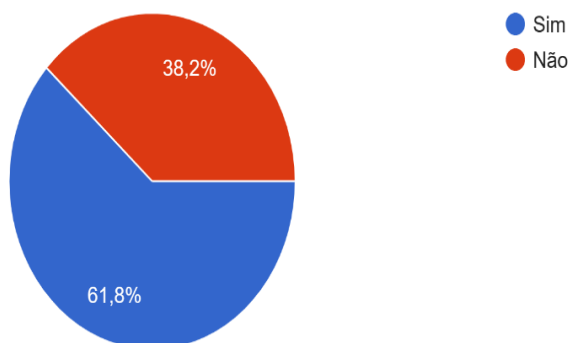
-Buscar Apoio Profissional: 10 mulheres mencionaram que buscam terapia e estudos para lidar com a pressão social relacionada à maternidade. Isso sugere um reconhecimento da importância de apoio psicológico para lidar com essas questões complexas.

Essas estratégias diversas destacam a resiliência das mulheres em relação a pressão social. Cada abordagem reflete uma jornada única de autoafirmação e tomada de decisão, enfatizando a importância da liberdade de

escolha e do respeito pelas decisões individuais sobre a maternidade.

Em relação à existência de um instinto materno inato nas mulheres, 61,8% das participantes afirmaram que sim, enquanto 38,2% discordaram dessa afirmação. A crença no instinto materno inato remonta a séculos de tradição cultural e expectativas sociais. A ideia de que as mulheres são naturalmente equipadas com um instinto maternal é frequentemente promovida em muitas sociedades, sugerindo que todas as mulheres devem sentir um desejo inato e inquestionável de se tornarem mães.

Figura 2 – Existência de um instinto maternal.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O conceito do "mito do amor materno" postula que a maternidade e o amor estão intrinsecamente ligados à essência feminina, como se fossem uma parte inalterável de sua natureza. No entanto, Badinter (1985) desafia essa concepção, questionando a ideia de que o amor materno seja algo inato a todas as mulheres. Ao analisar a história das atitudes

maternas, surge a convicção de que o instinto materno é, na verdade, um mito. Não existe um padrão universal e obrigatório de comportamento materno. Pelo contrário, observa-se uma vasta gama de sentimentos maternos, ambições e frustrações, variando de acordo com cada cultura. Nesse contexto, a autora argumenta que o instinto materno é, em si, um conceito mitológico, pois é um sentimento que pode surgir ou não, ser presente ou desaparecer ao longo do tempo. Sua existência está intrinsecamente ligada à experiência e à história individuais de cada mãe, não havendo uma regra universal nesse aspecto. Assim, a conclusão de Badinter (1985) é que o amor materno não é uma característica inerente a todas as mulheres, mas sim uma dimensão adquirida e moldada pelas circunstâncias individuais e culturais.

A última pergunta aberta teve como intuito saber a percepção das participantes sobre como a maternidade pode afetar a saúde mental das mulheres, obtendo 95 respostas, que foram caracterizadas de acordo com a prevalência. As quais se apresentam abaixo:

-Desenvolvimento de Transtornos de Saúde Mental: 48 participantes destacaram a preocupação de que a maternidade possa desencadear o desenvolvimento de transtornos de saúde mental, como depressão e ansiedade. Isso ressalta a importância da conscientização sobre os desafios emocionais associados à maternidade.

-Autoestima, Exaustão e Responsabilidades: 32 participantes associaram a maternidade ao impacto na autoestima, frequentemente relacionada à exaustão e às responsabilidades adicionais que a maternidade traz consigo. Essa preocupação com a autoimagem e a sobrecarga emocional destaca a complexidade da maternidade em relação à saúde mental.

-Impacto nos Desejos Individuais e Desconforto Emocional: Oito mulheres mencionaram que a maternidade pode afetar os desejos individuais e causar desconforto emocional. Isso sugere que algumas mulheres podem sentir que suas aspirações pessoais são afetadas pelas expectativas sociais relacionadas à maternidade.

-Visão Positiva da Maternidade: Apenas sete mulheres responderam que a maternidade não afeta negativamente sua saúde mental. Isso indica que uma pequena parcela das participantes percebe a maternidade de uma maneira que não prejudica seu bem-estar emocional.

Essas respostas refletem a diversidade de experiências das mulheres em relação à maternidade e à sua saúde mental, sendo afetadas de forma subjetiva. Enquanto algumas mulheres podem enfrentar desafios significativos que desencadeiam transtornos psicológicos, outras podem encontrar satisfação e apoio nesse período. A compreensão dessas nuances é fundamental

para fornecer o suporte adequado às mulheres durante a maternidade e promover um bem-estar emocional saudável. De acordo com Scavone (2001), a maioria dos estudos sobre a não-maternidade tende a se concentrar no indivíduo, retratando a decisão de não ter filhos como algo intimamente ligado a questões pessoais, frequentemente associadas a traumas relacionados à experiência materna e a distúrbios psicológicos. Essas pesquisas geralmente exploram as dinâmicas das relações com figuras maternas, investigando tópicos como a negação da feminilidade, baixa autoestima e atitudes narcisistas e depressivas.

Entretanto, com frequência, esses estudos omitem o contexto mais amplo no qual essa escolha se insere. Não consideram adequadamente a relação entre a não-maternidade e a posição das mulheres na sociedade contemporânea, em meio às transformações em curso no conceito de feminino. De fato, negligenciam como essas mudanças estão interligadas com os imperativos sociais que historicamente influenciaram as experiências das mulheres em relação à maternidade. Em outras palavras, a decisão de não ser mãe está mais profundamente ligada ao fato de que a responsabilidade primária pelos cuidados infantis ainda recai de forma desproporcional sobre as mulheres do que a questões específicas relacionadas ao processo de

gravidez, parto ou às características intrínsecas das crianças. Portanto, o desafio central não repousa tanto nos aspectos do processo de maternidade ou no resultado final, mas sim na maneira pela qual a maternidade é vivenciada enquanto prática social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental ressaltar que a identidade feminina, conforme abordada neste estudo, é uma construção social em constante evolução. Está sendo testemunhado um momento de transição no qual o modelo tradicional, que impunha a maternidade como condição obrigatória para a definição da mulher, está gradualmente sendo substituído por uma visão mais contemporânea. Nesse novo modelo, a mulher pode ser definida como mãe, mas também pode ser vista como uma mulher que escolheu não ser mãe, e essa escolha não diminui sua identidade como mulher. A maternidade não é mais uma imposição, mas sim um projeto e uma opção pessoal.

A mulher contemporânea tem a liberdade de definir sua identidade com base em sua própria experiência e desejos, sem ser limitada por estereótipos antiquados. A maternidade deixa de ser o destino obrigatório de toda mulher, o que é um avanço significativo na desconstrução de normas de gênero rígidas e na promoção da igualdade de oportunidades. Nesse contexto, é importante reconhecer a importância de acolher a diversidade de experiências das

mulheres e promover uma sociedade que respeite e valorize as escolhas individuais.

Este estudo contribui para a compreensão dessas mudanças e reforça a necessidade de continuar desafiando os estereótipos de gênero, apoiando as mulheres em sua busca por identidades autênticas e significativas. À medida que a identidade feminina evolui, o entendimento e a aceitação da não-maternidade como uma escolha legítima também devem progredir, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todas as mulheres. Em suma, as conclusões deste estudo destacam a importância dessa evolução na construção da identidade feminina.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDOLFI, Maurizio. (1988), Tempo e mito em psicoterapia familiar. Porto Alegre, Artes Médicas.

ÁVILA e VIEIRA. **Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: Refletindo sobre o processo de maternagem.** 2017.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe.** Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

BARBOSA, P. Z. & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões, *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185. [[Links](#)]

COELHO, S. V. (2006). As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero. In J. G. Aun, M. J. E. de Vasconcellos, & S. V. Coelho (Orgs.), *Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais, Vol. I: Fundamentos Teóricos* (pp. 152-164). Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa.

Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1996.

GUTMAN, L. (2013) *Mulheres visíveis, mães invisíveis*. Rio de Janeiro: BestSeller.

LACAN, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise* (A. Roitman, trad., A. Quinet, consult.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970). [[Links](#)]

MANSUR, L. H. B. **Sem filhos: a mulher singular no plural**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003

PAPALIA, D. E., Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento humano* (10a ed.). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História** [online]. 2003, v. 23, n. 45 [Acessado 30 Junho 2021] , pp. 239-260. Disponível em. Epub 12 Ago 2003. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>.

Rich, A. (1981). *Of a woman born. Motherhood as a experience and institution* (3ª ed.). London: Virago

SAFFIOTI, Heleif. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de

gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCAVONE, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Revista Interface**, 5(8), 47-60

TOURINHO, J. G. A mãe perfeita: idealização e realidade: algumas reflexões sobre a maternidade. **IGT na rede**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p 1- 33, 2006

ZANELLO, V.; PORTO, M. **Aborto e (não) desejo de maternidade(s):** questões para a psicologia. 1. ed. Brasília – DF, 2016.